

2 — Do cômputo dos votos expressos são sempre excluídos os votos nulos.

3 — Para efeitos das maiorias qualificadas previstas nestes Estatutos consideram -se em efectividade de funções todos os membros que não estejam autorizadamente ausentes do ISCSP, nas situações previstas na lei.

Artigo 74.º

Normas subsidiárias

Sem prejuízo do estabelecido nas disposições legais específicas de cada carreira ou estatuto e dos deveres funcionais delas decorrentes, a actuação dos órgãos e agentes referidos nos presentes estatutos é regida pelo preceituado no Código do Procedimento Administrativo, nomeadamente quanto ao dever de decidir, regras de funcionamento dos órgãos colegiais e respectivas formas de votação.

Artigo 75.º

Escrutínio secreto

Todas as deliberações que se refiram a pessoas individualmente consideradas estão sujeitas a escrutínio secreto.

Artigo 76.º

Efeitos do exercício dos cargos

Ao serviço prestado no exercício dos cargos de presidente e vice-presidente dos órgãos de gestão é aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 73.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto.

Artigo 77.º

Aprovação, revisão e alteração dos Estatutos

1 — Os presentes Estatutos podem ser revistos:

a) Por deliberação do conselho de escola, tomada por maioria absoluta, quatro anos após a data de publicação ou de revisão; a primeira revisão pode ser antecipada de dois anos;

b) Em qualquer momento, mediante iniciativa do presidente do ISCSP ou do conselho científico, ou por decisão de dois terços dos membros do conselho de escola em exercício efectivo de funções.

2 — As alterações aprovadas inserir-se-ão no lugar próprio dos Estatutos, sendo estes, logo que homologada a revisão pelo reitor da UTL, nos termos do n.º 1, publicados no *Diário da República* e divulgados no jornal oficial da UTL, nos termos dos n.ºs 8 e 9 do artigo 60.º dos Estatutos da UTL.

3 — Após a entrada em vigor dos presentes Estatutos, os actuais órgãos do ISCSP mantêm -se em funções, até à tomada de posse dos novos órgãos que os vierem substituir, mantendo -se também em vigor os regulamentos internos existentes, enquanto não forem revistos, nos termos da lei.

Artigo 78.º

Anteriores designações do ISCSP

Tudo o que nos presentes Estatutos se refere ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas entende -se igualmente referido às anteriores designações do ISCSP, desde a sua criação, em 1906, e aos cursos desde então aí professados.

Artigo 79.º

Entrada em vigor

Os presentes Estatutos entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

203690525

SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Aviso n.º 18510/2010

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que a assistente

operacional destes serviços, Lídia Maria Soares Clemente Carvalho, cessou funções por motivo de aposentação, com efeitos a partir de 01 de Setembro de 2010.

Data: Ponta Delgada, 13 de Setembro de 2010. — Nome: *Francisco Rosa Coelho*. — Cargo: Administrador.

203687131

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

Aviso n.º 18511/2010

Autorizada, em âmbito de competência delegada através do Despacho n.º 26445/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 4 de Dezembro de 2009, a deslocação a Nant, França, de Carla Lopes Dias, docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPP, no período compreendido entre os dias 13 a 18 de Setembro, para participar na “European Conference on Iteration Theory”.

10.09.2010 — O Administrador, *José Manuel Gomes*.

203692178

Aviso n.º 18512/2010

Autorizada em âmbito de competência delegada através do Despacho n.º 26445/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 04.12, a deslocação a Antuérpia — Bélgica, no período compreendido entre os dias 25 e 27 de Outubro de 2010, da técnica superior da Escola Superior Agrária de Elvas do IPP, — Ana Isabel Simão Pereira, a fim de representar o Centro de Informação Europe Direct do Alto Alentejo na Reunião Anual das Redes de Informação Europeia.

10 de Setembro de 2010. — O Administrador, *José Manuel Gomes*.

203692559

Aviso n.º 18513/2010

Autorizada, em âmbito de competência delegada através do Despacho n.º 26445/2009, Publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 235, de 04.12.2009, a deslocação a Granada — Espanha, de José Manuel Rato Nunes, docente da Escola Superior Agrária de Elvas do IPP, no período compreendido entre os dias 20 a 25 de Setembro, para participar no 4.º Congresso Ibérico da Ciência do Solo.

10.09.2010. — O Administrador, *José Manuel Gomes*.

203692664

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Declaração de rectificação n.º 1926/2010

Por ter saído com inexactidão a publicação do despacho (extracto) n.º 14 193/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177, de 10 de Setembro de 2010, referente à nomeação de Orlando de Freitas Barreiro Fernandes como administrador dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico do Porto, rectifica-se que onde se lê «Instituto Politécnico do Porto, 30 de Agosto de 2010» deve ler-se «31 de Agosto de 2010».

13 de Setembro de 2010. — A Presidente, *Rosário Gambôa*.

203690363

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Regulamento n.º 740/2010

Preâmbulo

A Lei n.º 37/2003 de 22 de Agosto estabelece as bases do financiamento do ensino superior e enuncia no seu artigo 5.º o regime de prescrições, remetendo no n.º 2.º desse mesmo artigo para os órgãos competentes de cada Instituição ou Unidade Orgânica a definição do seu regime.

Na falta de fixação do regime por parte das instituições, ou se estas tiverem um regime menos restritivo, o mesmo artigo refere que se aplica o previsto naquele diploma legal.

Assim o presente regulamento vem dar cumprimento ao disposto no artigo 5.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto.

1.º

Objecto

O presente regulamento estabelece o regime de prescrições do direito à matrícula e ou inscrição dos alunos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu do IPV que frequentam cursos que tenham financiamento público.

2.º

Condições de aplicação

1) Para efeitos de aplicação deste regulamento de prescrições os alunos são agrupados em alunos regulares e alunos com estatuto especial.

2) São incluídos no grupo com estatuto especial para efeitos do presente regulamento os alunos que se enquadram numa das seguintes condições:

- a) Alunos em regime de estudo a tempo parcial.
- b) Alunos portadores de deficiência desde que comprovadamente tal deficiência possa influenciar negativamente o seu aproveitamento.
- c) Alunos que não obtiveram aproveitamento por motivo de doença grave ou de recuperação prolongada, devidamente comprovada.
- d) Alunos em situação de maternidade ou paternidade.
- e) Aluno a quem lhe falte no máximo 24 ECTS para conclusão do curso.
- f) Atleta de alta competição.
- g) Alunos que sejam membros da direcção da Associação de Estudantes da ESTGV, da Associação Académica do IPV, da Federação Académica de Viseu ou da Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico;
- h) Aluno que usufrua do estatuto de bombeiro;
- i) Estudantes, elementos de grupos cujas actividades sejam reconhecidas como tendo uma acção cultural, desportiva ou recreativa que prestigie o Instituto Politécnico de Viseu (atletas, tunos, orfeão);
- j) Alunos que demonstrem ter desenvolvido actividades relevantes para a ESTGV/IPV e que possam ter prejudicado o aproveitamento escolar no ano lectivo em que ocorreram.

3.º

Prescrição do direito à inscrição

1) Em cada ano lectivo não poderão inscrever-se em cursos ministrados na ESTGV os alunos regulares cujo número total de inscrições já efectuadas em anos lectivos anteriores seja igual ao valor fixado no quadro seguinte e que é calculado em função do número de créditos ECTS obtidos pelo estudante nas anteriores inscrições:

Número máximo de inscrição — Aluno Regular	Créditos ECTS obtidos
3	0-59
4	60-119
5	120-179
6	180-239
8	240-359

2) As listas dos alunos prescritos serão afixadas nas vitrinas dos serviços Académicos até 31 de Julho de cada ano lectivo ou, para aqueles que tiverem exames pendentes, logo que terminem o último exame.

4.º

Isenção excepcional

1) Aos alunos com estatuto especial referidos do n.º 2 do artigo 2.º, exceptuando a alínea e), para efeitos da aplicação da tabela anterior apenas é contabilizado 0,5 por cada inscrição efectuada naquelas condições.

2) Aos alunos com estatuto especial referidos na alínea e) do n.º 2 do artigo 2.º, para efeitos da aplicação da tabela anterior apenas é contabilizado 0,5 na inscrição efectuada no ano lectivo anterior à obtenção da condição.

3) Ao Trabalhador Estudante e de acordo com o parecer n.º 002/MB/2005 do CCISP, o regime de prescrições não é aplicável.

4) Aos militares ou a estes equiparados por força do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 320-A/2000 de 15 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 118/2004 de 26 de Maio, durante o período

em que usufruem do respectivo estatuto, o regime de prescrições não é aplicável.

5) Os alunos referidos na alínea i) do n.º 2.º do artigo 2.º, que não tiverem aproveitamento em dois anos consecutivos ou três interpolados, perdem o direito à isenção excepcional. Podem usufruir de novo dos direitos no ano lectivo subsequente àquele em que os mesmos cessaram, não podendo esta situação ocorrer mais de duas vezes.

6) O disposto no n.º 1 depende do requerimento justificativo do interessado ao Presidente da Escola, e desde que os motivos sejam demonstrados no ano lectivo em que ocorrem.

7) A verificação dos motivos e a decisão sobre os casos referidos no n.º 2 do artigo 2.º são da competência do Presidente da Escola.

8) O Presidente da escola deverá tomar uma decisão no prazo máximo de 30 dias após a entrada do requerimento.

5.º

Anulação de matrícula e ou inscrição

1) Para os efeitos do presente Regulamento, só poderão ser consideradas as anulações de matrícula e ou inscrição desde que efectuadas até 31 de Janeiro do ano lectivo em causa (ou 31 de Maio para os cursos iniciados no 2.º semestre).

2) Os estudantes que anulam a matrícula/inscrição nos termos do número anterior podem, no ano lectivo seguinte, inscrever-se no mesmo curso sem que a inscrição anulada contabilize para efeitos de prescrição.

6.º

Retorno após prescrição

1) A prescrição do direito à matrícula impede o aluno de se candidatar de novo a esse ou outro curso da ESTGV nos dois semestres seguintes àquele em que se verificou a prescrição.

2) A matrícula e inscrição realizadas após o cumprimento do período de interrupção referido no número anterior não estão sujeitas ao regime de reingresso.

3) O número de inscrições a contar como anteriormente realizadas aos estudantes que se reinscreverem após o cumprimento do período de interrupção é igual às anteriormente realizadas subtraídas de uma.

4) Os estudantes cujo direito à matrícula e inscrição haja prescrito pela 2.ª vez só poderão matricular-se e inscrever-se de novo na ESTGV pelos regimes de reingresso, mudança de curso e transferência.

7.º

Reingresso, transferência, mudança de Curso

1) Para os efeitos do presente Regulamento aos alunos que entraram pelos regimes de transferência serão consideradas todas as inscrições realizadas anteriormente à matrícula e ou inscrição.

2) Para a matrícula e inscrição pelo regime de reingresso e mudança de curso o número de inscrições a considerar para efeito de prescrição é o número de inscrições igual ao ano curricular em que o aluno for colocado.

8.º

Aplicação

Este Regulamento aplica-se a todas as inscrições realizadas a partir do ano 2004/05 inclusive, não sendo consideradas as inscrições relativas a anos anteriores.

9.º

Dúvidas

As dúvidas de interpretação e os casos omissos serão resolvidos por despacho do Presidente da escola.

10.º

Entrada em vigor

O Presente Regulamento entra em vigor após publicação em *Diário da República*, aplicando-se aos alunos inscritos na ESTGV a partir do ano lectivo 2009/2010 inclusive.

Este regulamento revoga o Regulamento (extracto) n.º 28/2007 de 28 de Fevereiro.

Instituto Politécnico de Viseu, 13 de Setembro de 2010. — O Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, *Engenheiro Fernando Lopes Rodrigues Sebastião*.